

Questão social no Brasil contemporâneo: contribuições do feminismo marxista e antirracista ao serviço social

Social issue in contemporary Brazil: contributions of Marxist and anti-racist feminism to social work

Mirla Cisne*

Camila Mesquita Soares**

Resumo: Objetivamos analisar a questão social e algumas de suas expressões na contemporaneidade brasileira frente ao avanço do ultraconservadorismo de cariz neonazista, por meio da análise feminista, marxista e antirracista. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, conduzidas por meio do método materialista histórico dialético. O intuito deste artigo é contribuir com a renovação profissional e o avanço do Serviço Social crítico por meio do fortalecimento do nosso vínculo com os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. Por conseguinte, esperamos contribuir com a práxis profissional comprometida com o enfrentamento às expressões da questão social frente ao crescimento do ultraconservadorismo neonazista no Brasil contemporâneo.

Palavras-chaves: Questão social; movimentos sociais; feminismo antirracista; Brasil.

Abstract: We aim to analyze the social issue and some of its expressions in Brazilian contemporaneity in the face of the advance of neo-Nazi ultraconservatism, through feminist, Marxist and anti-racist analysis. For that, we carried out a bibliographical and documentary research, conducted through the dialectical historical materialist method. The purpose of this article is to contribute to the professional renewal and advancement of critical Social Work by strengthening our link with social movements and working class organizations. Therefore, we hope to contribute to the professional praxis committed to facing the expressions of the social question in the face of the growth of neo-Nazi ultraconservatism in contemporary Brazil.

Keywords: Social issue; social movements; anti-racist feminism; Brazil.

Recebido em: 15/09/2022

Aprovado em: 18/11/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial, 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Professora Adjunta de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bolsista Produtividade em pesquisa/ Pq2 CNPq. Dra. em Serviço Social pela UERJ. Orcid: 0000-0002-4654-8464

**Professora Adjunta de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais pela UERN. Egressa do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade (RMABSFC) pela UERN, em parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM). Orcid: 0000-0002-0437-6879.

Introdução

Os últimos anos da realidade brasileira, sob o governo Bolsonaro, foram marcados pelo agravamento da questão social em todos os seus aspectos. Houve um aprofundamento da desigualdade de classe associado ao agravamento do racismo e do cisheteropatriarcado em suas expressões mais vis e desumanas. Retrocedemos décadas em 4 anos, do ponto de vista de avanços democráticos civilizatórios. Chegamos em 2022, a patamares de uma barbárie social e ambiental impensáveis após a conquista da Constituição Federal de 1988.

Pretendemos problematizar algumas expressões da questão social na atualidade, especialmente no tocante à questão étnico-racial, das mulheres e da população LGBTQIA+, alvos de ataques constantes, não só por meio dos discursos de ódio e preconceito, mas, pelos cortes de verbas e retrocesso de direitos.

O debate sobre questão social possui centralidade no Serviço Social por ser matéria indispensável na formação profissional, uma vez que é o nosso objeto de intervenção profissional, o que nos exige reflexão contínua sobre o movimento do real, para aprofundar o entendimento teórico sobre essa categoria em uma perspectiva crítica, considerando suas particularidades e a atualização das suas expressões.

Neste artigo, situaremos o nosso entendimento de questão social ancorado na perspectiva feminista marxista e antirracista, buscando apontar contribuições para a atuação profissional sintonizada com o processo ininterrupto, de renovação do Serviço Social, ou seja, comprometida com o enfrentamento ao conservadorismo e sua capacidade de revigoração. Nesse sentido, objetivamos analisar a questão social e algumas de suas expressões na contemporaneidade brasileira frente ao avanço do ultraconservadorismo de cariz neonazista, por meio da análise feminista, marxista e antirracista.

Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, conduzidas por meio do método materialista histórico dialético. Como método de exposição dos resultados que serão aqui discutidos, subdividimos artigo em 3 itens, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro tratará do entendimento teórico-político da questão social e aspectos da sua particularidade no Brasil; o segundo aborda a questão social no Brasil contemporâneo e o terceiro refletirá como o feminismo antirracista associado aos movimentos e lutas sociais pode contribuir com a atuação profissional de assistentes sociais.

O intuito deste artigo é contribuir com a renovação profissional e o avanço do Serviço Social crítico por meio do fortalecimento do nosso vínculo com os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. Por conseguinte, esperamos contribuir com a práxis profissional comprometida com o enfrentamento às expressões da questão social frente ao

crescimento do ultraconservadorismo neonazista no Brasil contemporâneo.

1- Fundamentos teóricos sobre questão social

Categoria fundamental para o Serviço Social, a questão social é matéria indispensável na formação profissional por ser considerada o nosso objeto de intervenção profissional, ou seja, são sobre as suas expressões que a/o assistente social atua, como elucida Marilda Yamamoto (1997, p. 14):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

A compreensão crítica e a atualização constante do entendimento sobre a questão social são imprescindíveis para atuação profissional comprometida com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Afinal, como intervir na realidade sem conhecê-la para além da sua aparência? Assim, o primeiro passo para pesarmos nossa atuação profissional qualificada, como práxis, é apreender criticamente a realidade.

Segundo Netto (2001), o termo questão social passou a ser utilizado na terceira década do século XIX, para expressar o fenômeno que se ampliava na Europa em decorrência do processo de industrialização, iniciado no último quartel do século XVIII, denominado pauperismo (NETTO, 2001). Tratava-se de um “fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais [...] era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava” (NETTO, 2001, p. 42).

Nesse cenário, o pauperismo passou a ser um termo insuficiente para explicar o fenômeno novo que passava a existir, não apenas pela generalização da pobreza, mas pelas condições em que essa pobreza se massificava, em razão direta ao crescimento das forças produtivas e da riqueza. Nas palavras de Netto (2001, p. 42): “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”.

Há ainda outra determinação fundamental para a designação do termo questão social e não mais pauperismo, trata-se da sua dimensão política. Nesse sentido, elucida Netto (2001,

p.43): “A designação desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ relaciona-se com seus desdobramentos sócio-políticos. [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão social da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como questão social”. É nesse sentido que Marilda Iamamoto (1997) afirma que questão social não é apenas desigualdade, mas também, rebeldia.

É nessa tensão entre desigualdade, rebeldia, lutas e resistências, que a questão social se designa como tal, ao passo que a caridade e a repressão policial passam a ser insuficientes para o controle da “ordem”, ou melhor, na medida em que a classe trabalhadora passa a ameaçar essa “ordem” [burguesa]. Assim, não se pode falar em questão social sem luta e antagonismo de classe. Em síntese:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

Para Netto (2001, p. 44), a Revolução de 1848 é o marco do antagonismo entre classes e, conseqüentemente, da caracterização da questão social em seus desdobramentos sócio-políticos, pois teve como resultado:

[...] a passagem do nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si. As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela.

Essa compreensão marxista da questão social é fundamental para nos distanciar de qualquer ilusão jurídica de que por meio da conquista de direitos, nos marcos do capital, podemos superar a questão social. Por mais que os direitos sejam fundamentais para a garantia das condições de existência da classe trabalhadora, eles não garantem a superação da exploração e, portanto, do antagonismo de classe, coração da questão social. Em outras palavras, enquanto houver classes antagônicas, haverá desigualdade, mas, também, resistências e rebeldias, portanto, questão social. Somente com a superação das classes, podemos superar a questão social.

1.1- Particularidades da questão social no Brasil e a imbricação entre classe, raça e sexo

Como vimos anteriormente, o entendimento marxista tradicional sobre questão social no Serviço Social compreende a relação antagônica entre capital e trabalho como a sua determinação fundante, não só pela desigualdade entre as classes, mas pelos conflitos daí

também, decorrentes. Não temos discordância desse entendimento, todavia, é preciso enriquecê-lo de mediações. Para tanto, é fundamental considerar a concretude do nosso terreno histórico em que pousam as relações sociais e conformam as classes sociais, ou seja, a particularidade da questão social no Brasil.

A primeira reflexão que precisamos fazer é, apesar da relação antagonica e contraditória entre capital e trabalho ser a determinação central da questão social em qualquer país do mundo, ela não a mesma em países com formações históricas diferentes. Assim, embora haja características comuns da questão social em todo lugar – como a apropriação privada da riqueza socialmente produzida pelo trabalho – a exploração, seu traço peculiar, não ocorre da mesma forma. A composição material da conformação das classes é significativamente diferente em um país periférico, de capitalismo tardio e dependente, com histórico de uma colonização patriarcal e escravista, em comparação, por exemplo, com países de capitalismo central e que foram (e em grande medida ainda o são) colonizadores.

Trata-se, portanto, de buscar entender o antagonismo entre as classes não apenas como uma abstração teórica dissociada da sua concretude, mas, apreender as classes em seu movimento real, ou seja, como um fenômeno sócio histórico, “[...] algo que de fato acontece nas relações humanas. Mais do que isso, a noção de classe contém a noção de relação histórica [...] essa relação vem sempre corporificada em pessoas reais e num contexto concreto” (THOMPSON, 1963, p. 9). Logo, “as classes acontecem ao viverem os homens e as mulheres as relações de produção e ao experimentarem situações determinantes dentro do conjunto das relações sociais” (THOMPSON, 1979, p. 38). Nesse sentido, não podemos negar a existência das relações sociais de sexos nas relações de classe, tampouco, o contrário.

No Brasil, a história das classes sociais é indissociável da colonização escravista e patriarcal. As relações sociais de sexo e raça se imbricam, dialeticamente, com a classe e conformam uma totalidade una e indivisível para compreensão da desigualdade social que estrutura a sociedade brasileira e os conflitos políticos que dela decorrem. Nesse sentido, conforme Cisne e Santos (2018, p. 97):

[...] somos síntese de um passado de dominação e exploração com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcalismo. Da mesma forma, também somos síntese de um passado de lutas e resistências, que repousam suas raízes opressão e resistência integram profundos processos da realidade da luta de classes [no país].

A questão social no Brasil, portanto, não pode ser entendida em sua profundidade e totalidade se desconsiderarmos as apropriações sobre mulheres e povos originários desde a colonização do Brasil, que estruturaram as raízes de um Estado patriarcal-racista-capitalista.

No tocante ao patriarcado, segundo Saffioti (2013, p. 251), a sociedade colonial brasileira

[...] aliou à divisão da população em castas a estratificação social na linha do sexo. Esse rígido sistema de constrangimento físico e moral do elemento feminino, criado e mantido pelo androcentrismo da família patriarcal, marcou profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira.

Na colonização brasileira, as mulheres que foram escravizadas, tanto indígenas como africanas, sofreram além da escravização do trabalho, a apropriação dos seus corpos para fins reprodutivos – o que significava aumento de força de trabalho/mercadoria para acúmulo de riqueza – e de satisfação sexual dos seus “senhores”. Dito de maneira mais direta, “nossas mulheres negras e indígenas sofreram estupro. Assim, a visão idílica sobre a miscigenação do Brasil, sob o manto de uma *pseudo* democracia racial, cai por terra. A marca violenta do patriarcado no regime escravista imprimiu seu legado sexista de forma implacável” (CISNE e SANTOS, 2018, p. 103).

O entendimento dos fundamentos materiais que deram origem ao regime escravista é fundamental para compreendermos como a divisão de classes no Brasil se estruturou a partir do escravismo, “como exigência econômica” (CHAUÍ, 2007, p. 62). Uma divisão que é naturalizada e, portanto, não questionada, sob ideologias como a do mito da democracia racial, como nos alerta Marilena Chauí (2007, p. 89):

[...] a divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem.

Essas divisões sociais compõem o “nó” estruturante da nossa sociedade: “classe”, “raça/etnia-gênero”, ou se preferir, estruturam o sistema “patriarcal-racista-capitalista” (SAFFIOTI, 2004), que estrutura a sociedade desigual e autoritária em que vivemos. Em síntese, de acordo com Chauí (2007, p. 90), nossa sociedade é:

— estruturada pela matriz senhorial da Colônia [...]. As divisões são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos). [...] Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais.

— estruturada a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, disso decorre a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra as formas de opressão social e econômica [...].

Tornar mulheres, indígenas e pessoas negras inferiores socialmente, possibilitou a formação de uma sociedade dividida em antagonismos que as tornam mais intensificadamente

exploradas e/ou mesmo apropriadas no sentido de fornecerem trabalhos gratuitos.

Embora a questão social só se configure no estado capitalista, portanto, após a abolição do trabalho escravizado e instituição do trabalho assalariado, comungamos com o pensamento de Ivone Silva (2014, p. 49) de que o patriarcado e a escravidão estão associados às raízes *latentes* da questão social no Brasil. Nas palavras da autora:

Escravidão e patriarcalismo são categorias constituintes e atuais no processo de formação da sociedade brasileira [...]. Sendo assim, não estão descoladas das *raízes latentes* da nossa questão social representada no contexto da colonização, pela questão étnica e pelo trabalho forçado, motivos de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados (*IDEM*, destaques da autora).

Defendemos, portanto, que a imbricação entre classe, raça e sexo é indispensável para compreensão da questão social no Brasil, não só pela raiz histórica de uma colonização escravista-patriarcal, mas, pela reatualização constante do racismo e do patriarcado nas relações sociais que determinam a desigualdade social de forma estrutural no país. Podemos dizer, portanto, que a questão social tem sexo e raça ou, se preferir, que é determinada pelas relações sociais de sexo, raça e classe de maneira dialeticamente imbricada.

No próximo item, deteremo-nos na análise de algumas expressões dessa reatualização – ultraconservadora – para refletirmos sobre aspectos da questão social no Brasil contemporâneo.

340

2- Questão social no brasil contemporâneo: um problema moral?

A forte rejeição aos governos petistas foi alimentada por inquietações e incômodos elitistas, racistas e patriarcais frente a conquistas que colidiram com a cultura senhorial/colonial brasileira. Dentre essas conquistas, estão pautas feministas e as das populações negra, indígena e LGBTQIA+.

Para ilustrar, destacamos a lei nº 12.711/2012, que instituiu cotas de 50% para pessoas negras, das vagas de universidades e institutos federais para estudantes de baixa renda, advindos da escola pública. As cotas chocaram com os interesses da elite branca que, até então, ocupavam grande parte das universidades públicas. Essa lei não repercutiu apenas na ocupação das universidades e institutos federais, mas se desdobrou na profissionalização de pessoas negras em trabalhos tradicionalmente brancos. Com as cotas, mais pessoas negras conseguiram sair do lugar que lhe fora socialmente atribuído, da periferia, do desemprego, da precarização do trabalho. Furar o bloqueio da divisão racial da educação e do trabalho, desorganizou a acomodação da hegemonia do poder branco brasileiro que não suportou ver pessoas negras nos lugares tidos como “de brancos”.

Não queremos dizer com isso, que os governos petistas superaram o racismo ou a divisão racial do trabalho, mas, o pouco que foi possibilitado ao pagamento da imensa dívida social às pessoas negras, não foi tolerado pelo poder branco. Por óbvio, esse racismo está associado ao elitismo, uma vez que a rejeição e inferiorização das pessoas negras vêm acompanhadas da sua condição de classe. A verdade é que nossa elite senhorial não suporta pobres e nem negros(as), a não ser como seus serviçais. Assim, a “casa grande” parece necessitar da “senzala” para se sentir no poder.

Outra conquista democrática que causou grande incômodo ao conservadorismo cisheteropatriarcal foi a regulamentação do casamento homoafetivo. Em um primeiro momento, em 2011, houve o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que LGBTs poderiam constituir família, mas foi em 2013, após grande mobilização do movimento LGBTQIA+, por meio da resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que o casamento homoafetivo passou a ser legal no Brasil.

Em 2011, o projeto “Escola Sem Homofobia”, parte integrante do Programa Brasil sem Homofobia, iniciado em 2004 pelo governo Dilma, também gerou forte reação conservadora. Uma reação não só conservadora como repleta de mentiras e distorções dos reais objetivos do projeto. Se difundiu, por exemplo, *fake news* de que o governo iria distribuir cartilhas nas escolas para ensinar e estimular, precocemente, as crianças ao sexo e a “se tornarem” gays. O discurso moralista de defesa da família “tradicional” (lê-se: heterossexual de tipo patriarcal) e a proibição do debate de gênero e educação sexual nas escolas ganham destaque na cena pública e muitos parlamentares passam a propor leis para tal. Em uma nítida confrontação ao feminismo, a perseguição a chamada – equivocadamente – “ideologia de gênero”¹ passa a ser uma arma ideológica para extrema direita conservadora.

Após o golpe em 2016, contra a então presidenta Dilma Rousseff, o advento do governo Temer (2016-2018) e posteriormente, com o governo Bolsonaro (2019-2022), o Brasil progressivamente recrudesciu o conservadorismo, com nítidas características neonazistas, associado a uma política econômica ultraneoliberal de extrema direita. Três dimensões desse contexto passam a se espriar e ganhar legitimidade governamental, institucional e, portanto, social: o elitismo senhorial, o racismo contra pessoas negras e indígenas e o

¹ Afirmamos que a expressão “ideologia de gênero” é equivocada porque os que dizem ser contrários a ela, na verdade, o que mais fazem é defender uma ideologia de gênero. Ao estabelecerem um padrão tradicional de família e a naturalização dos sexos e da divisão sexual do trabalho, dos brinquedos e brincadeiras, nada mais fazem do que defenderem a reprodução de uma ideologia de gênero totalitária, a cisheteropatriarcal. O que os partidários contrários à “ideologia de gênero” querem é impedir o debate crítico e plural sobre diversidade sexual e a desnaturalização das desigualdades entre os sexos. Só aceitam a ideologia de gênero cisheteropatriarcal, qualquer outra ideologia, é proibida.

cisheteropatriarcado, que violenta mulheres e população LGBTQIA+.

Já no início do governo Temer, em maio 2016, o perfil da composição de seu governo demonstrara o que estaria por vir. Michel Temer empossou um “machistério monocromático”, todos os 24 ministros eram homens e brancos, fato inédito desde 1979 (GONÇALVES, 2018, s/p). Estamos falando de um governo que resultou de um golpe contra uma mulher. Entra em cena, portanto, a legitimação patriarcal da negação dos direitos das mulheres não só na política, mas em todos os campos. De acordo com Renata Gonçalves (2018), ao longo do governo Temer (2016 a 2018), as políticas para as mulheres sofreram duros cortes orçamentários. Houve uma redução de 61% na verba para o atendimento à mulher em situação de violência; a assistência teve uma queda de recursos de R\$ 42,9 milhões para R\$ 16,7 milhões; as verbas das políticas de incentivo à autonomia das mulheres diminuíram 54%. Esse cenário de cortes orçamentários vem sempre acompanhado de discursos ideológicos conservadores que só se aprofundaram nos anos posteriores ao governo Temer.

As pautas conservadoras que atingem diretamente direitos das mulheres e população LGBTQIA+, estiveram e estão diretamente associada ao crescimento de representantes evangélicos na política brasileira. Em 2003 foi criada a Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados, com cerca de 33 parlamentares. Após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, alcançou o número de 89 parlamentares. Em 2022, chegou a 196 deputados, o que corresponde a mais de um terço dos 513 em exercício. Não por coincidência, foi no ano de criação dessa Frente, em 2003, que surgiu pela primeira vez o termo “ideologia de gênero” na Câmara (MACHADO, 2020).

Fortalecida, a ofensiva conservadora, explicitamente contrária ao feminismo e às populações racializadas e LGBTQIA+ é coroada com a chegada de Bolsonaro à presidência, em 2019. Com Bolsonaro, o sexismo, o racismo (incluindo a perseguição e destruição de direitos indígenas²) e a lgbtfobia se legitimam no poder executivo federal como nunca fora anteriormente vivenciado no país, desde o final da ditadura empresarial-militar.

Várias questões associadas a uma suposta pauta moral ganharam fôlego na sociedade. Muitas delas, como a criminalização do aborto e a proibição do debate de gênero, educação e diversidade sexual, têm como escudo ideológico uma suposta “defesa da família tradicional”.

Em 2019, com a nomeação de Damares Alves ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), uma das primeiras campanhas realizadas foi a defesa da

² O governo Bolsonaro não fez nenhuma demarcação de terra indígena e cortou orçamento da FUNAI (BRAGON *et al.*, 2021).

abstinência sexual para as adolescentes, como forma de evitar a gravidez precoce (BORGES, 2020). Ainda em 2019, o ministério da saúde fez um despacho para a retirada do termo violência obstétrica dos documentos de políticas públicas (DOMINGUES, 2019). Em uma convenção da ONU em 2020, o governo defendeu a extinção de qualquer referência ao termo educação sexual nos documentos produzidos pela convenção (CHADE, 2020). Em 2020, o governo Bolsonaro editou a Portaria 2.282, que passou a dificultar o acesso das mulheres ao aborto legal no SUS em caso de estupro (BRASIL, 2020).

Com Damares, houve uma mudança estrutural na política pública voltada para as mulheres, além da política de promoção da igualdade racial, que foi completamente desmontada. Damares instituiu o Programa 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para todos. Esse programa possui nítidas pautas ideológicas fundamentalistas, como a “defesa da vida desde a concepção”.

Os desmontes às políticas e direitos das mulheres também foram provocados por outros ministérios, como o Relações Exteriores, ocupado por Ernesto Araújo, que, logo após sua posse, adotou medidas para abolir o debate de gênero nas propostas e acordos internacionais. Da mesma forma, Abraham Weintraub, ministro da educação, aprofundou o patrulhamento ideológico em torno das chamadas pautas de gênero e diversidade sexual. Além disso, conjuntamente com Damares, lançou um canal para receber denúncias sobre conteúdos que atentassem “contra a moral, a religião e a ética da família” nas escolas.

Desde a primeira campanha de Bolsonaro à presidência, outros escudos ideológicos são acionados além da família tradicional, como a defesa da “pátria” (“Brasil acima de todos”) e o *slogan* “Deus acima de tudo”. Sob esses escudos, absolutamente tudo pode ser feito, mesmo a apologia às armas, à violência, bem como atrocidades racistas e misóginas. Um patriotismo arbitrário, com nítido cariz nazista, entra em cena com o uso político da religião. Fala-se em nome de “deus” e cobra-se obediência cega aos fieis de igrejas que cederam ao coronelismo da fé para promoção de interesses políticos particulares. Um “deus” que propaga e banaliza violência e violações de direitos humanos. Um representante que fala em nome de “deus” e defende não só a tortura, como torturadores, profere vários discursos machistas, lgbtfóbicos e de preconceito racial, vira *mito*.

Um Deus acima de tudo e a suposta defesa da família e da pátria, mediadas por *fake news*, permitiram uma blindagem de críticas e do senso racional e de humanidade por parte da população brasileira. Uma blindagem mesmo diante do criminoso negacionismo e negligência do presidente Bolsonaro durante a pandemia da covid-19, sem falar na sua desumanidade ao menosprezar as milhares de mortes e afirmar que não era “coveiro” e que as pessoas precisavam

parar de chorar e de “mimimi”. Assistimos a uma trágica banalização da morte e da empatia.

É importante lembrar que “Deus, pátria e família” foi lema do nazismo na Alemanha e do integralismo no Brasil. Os adeptos/as ao projeto que se convencionou chamar de bolsonarista, mas que preferimos denominar de neonazista, vivem em sua maioria imersos em um universo paralelo – deslocado da realidade, de informações verdadeiras. Acredita-se em tudo e nega-se tudo conforme os desejos e conveniências do seu “mito”, independentemente de todas as evidências de atrocidades cometidas por ele e explícitas por cientistas, jornalistas, professores(as).

Aliás, essas profissões passaram a ser não só desvalorizadas, como negadas. Até a terra voltou a ser plana para alguns... Nesse contexto de abdução da razão, como acreditar na ciência, em docentes e jornalistas? O que passou a valer como fonte de formação e informação para muitos dos chamados patriotas conservadores, defensores da família e dos “bons” costumes, são as mídias controladas pela família Bolsonaro, os grupos de *WhatsApp*, *twitter*, *instagram*, *youtube* e por óbvio, as lives do presidente. Uma espécie de universo paralelo foi criada, que parece ter o poder de deixar as pessoas nele imersas, alheias a realidade concreta, fechadas em uma bolha de idolatria cega e a-histórica ao seu “mito”.

O que vivenciamos não foi apenas uma renovação da tradição ultraconservadora no campo da moral, mas um nítido projeto societário de cariz nazista, que tem como base a alienação, o uso político de igrejas e da religião, com destaque para a neopentecostal, além da “máquina” de *fake news*. Todo esse projeto que tem como escudo uma pauta moralista, na verdade, representa uma política elitista de extrema-direita ultraneoliberal de destruição do Estado, do meio ambiente e dos direitos sociais e trabalhistas.

Por isso, é necessário entender o que está por trás do discurso ultraconservador, ou melhor, qual a base material e os interesses que o sustentam. Mézáros nos ajuda a entender:

[...] quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, manifestando-se de maneira dramática também no nível do sistema geral de valores [...] os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e ‘disfunções’ cada vez mais freqüentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos ‘valores básicos’ (2002, p. 272).

O aprofundamento do projeto ultraneoliberal diante de uma crise estrutural e civilizatória sem precedentes históricos como a que estamos atravessando, alimentado por cortes orçamentários nas políticas públicas e direitos sociais, necessita de uma ideologia (conservadora) para se legitimar e se reproduzir. Diante das consequências desse projeto, a responsabilização das famílias [leia-se: mulheres] pelo agravamento das expressões da questão

social, é absolutamente funcional à desresponsabilização do Estado. Em poucas palavras, quanto menor a proteção e o investimento social do Estado, maior a responsabilização das mulheres e a necessidade de apropriação do seu tempo e trabalho gratuito. Isso demanda a naturalização da ideologia patriarcal, que tem como foco a família tradicional heterossexista, associada à divisão sexual do trabalho que sobrecarrega as mulheres com a reprodução social.

O discurso ideológico de defesa da família tradicional não é novo no nosso país, ele apenas se atualiza nos momentos de crise, como apontou Mészáros (2002), bem como nos momentos de incômodo senhorial frente a conquistas democráticas. Na contemporaneidade brasileira, como vimos, ele veio acompanhado dos traços históricos cisheteropatriarcalistas-senhoriais-elitistas que estruturam nossa formação sócio-histórica.

A crise econômica do país, já instalada anteriormente à pandemia de Covid-19, foi agudizada pela crise sanitária, o que fez aprofundar a desigualdade social. Paulo Guedes, ministro da economia, já em 2019 efetivou contrarreformas de políticas sociais, como a da Previdência Social; flexibilizou direitos trabalhistas, desvalorizou o Real em relação ao dólar e provocou aumento dos juros. Com isso, no início de 2020, houve um rápido empobrecimento da população, com o retorno do país ao Mapa da Fome e de milhões de brasileiros para baixo da linha da pobreza (BRAGON *et al.*, 2021). O desemprego também cresceu, atingiu a taxa de 14,6% entre os meses de março, abril e maio de 2021 (a maior taxa desde 2012) (BRAGON *et al.*, 2021).

No campo do trabalho, em 2019, 46,1% das mulheres se encontravam ocupadas. Dessas, 41,1% estavam na informalidade (IBGE, 2020). No trabalho doméstico remunerado, ocupação majoritariamente integrada por mulheres (92% da categoria) destacadamente negras, a taxa de informalidade alcançou 75% dessas trabalhadoras. Somente no emprego doméstico foram perdidos 1,6 milhões de postos de trabalho entre 2019 e 2020, dos quais 400 mil empregos com carteira assinada (IDEM). Em 2019, o número de mulheres ocupadas era de 41,5 milhões. No primeiro trimestre de 2020, esse número foi reduzido a 35,5 milhões (IDEM). Isso significa que entre 2019 e 2020, 8,6 milhões de mulheres perderam suas ocupações (IDEM).

De acordo com IBGE (2020), no que diz respeito às pessoas que se declararam pretas e pardas, em junho de 2020, correspondiam a 54,9% da força de trabalho, sendo 52,5% dos ocupados e 60,3% dos desocupados. Em relação à ocupação informal, que incide mais fortemente sobre essa população negra e parda, estima-se que 37,2% dos ocupados estavam nessa situação em maio de 2020 (IDEM).

Segundo o INESC (2021), o Brasil é o 5º no ranking mundial de feminicídios, e em 2020, registrou uma morte a cada 6 horas e meia. Ainda de acordo com o relatório do INESC

(2021), o Brasil continua a liderar em violência contra pessoas trans: aumentou 41% de mortes em 2020 em relação a 2019, com 175 travestis e mulheres trans assassinadas.

Na contramão desse cenário, o governo não executou 70% do recurso voltado para o enfrentamento da violência contra as mulheres em 2020, mesmo com a suspensão das regras fiscais e a flexibilização das normas para contratos e licitações decorrentes do decreto de calamidade pública. Esse percentual corresponde um montante de R\$ 93,6 milhões de reais, que não foi viabilizado aos estados e municípios para financiar a rede de atendimento às mulheres (INESC, 2021).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública³ (ABSP), os feminicídios passaram de 1.326, em 2019, para 1.727, em 2020, um aumento de 30% e as mulheres negras representam 61,8% das vítimas. Também são as meninas negras as maiores vítimas do trabalho infantil doméstico no país. Segundo pesquisa do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), “em 2019 o trabalho infantil tem sexo e cor, atingindo, em sua maioria, meninas (85%), negras (70%) e adolescentes de 14 a 17 anos (94% do total)”⁴. Temos nessas situações exemplos de expressões da questão social na atualidade, que reatualizam relações racistas e patriarcais que estruturam nossa sociedade.

Se esse projeto societário de ultradireita conservadora é mediado pelo racismo e sexismo e agudizam a questão social também sob essas dimensões, entendemos que não há outro caminho para enfrentá-lo senão por meio do fortalecimento dos sujeitos coletivos que lutam pela construção de um projeto societário feminista, antirracista e anti-capitalista.

346

D
O
S
S
I
Ê

3- Serviço social, movimentos sociais e outras organizações da classe trabalhadora: um caminho a fortalecer

O acúmulo teórico-político do Serviço Social brasileiro em torno do que denominamos de Projeto Ético-Político evidencia que a nossa profissão tem lado: o da classe trabalhadora, em defesa da emancipação humana. Se consideramos que a questão social é nosso objeto de atuação profissional e nela a luta de classes lhe é intrínseca, não podemos ter dúvidas de qual lado devemos estar nessa luta. Nesse sentido, pensar a nossa atuação profissional não apenas ao lado, mas com os movimentos sociais e outras organizações da classe trabalhadora, parece-nos um caminho imprescindível.

Isso não significa negarmos as instituições e nossos limites de categoria assalariada ou

³ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 15/06/2022.

⁴ Disponível em: <https://fnpeti.org.br/noticias/2022/10/12/mpt-fnpeti-e-oit-alertam-para-importancia-de-se-combater-o-trabalho-infantil/>. Acessado em out de 2022.

cairmos nas armadilhas do messianismo, mas estarmos atentas de que o nosso trabalho profissional voltado para a conquista, garantia e ampliação de direitos só tende ampliar suas possibilidades quando atuamos com os sujeitos responsáveis pela construção da luta por esses direitos. Sabemos que a profissão é apenas parte desta luta, seja como trabalhadores(as), seja como uma profissão comprometida com os interesses dessa classe.

Com o mesmo cuidado de não cairmos no messianismo, também devemos superar o fatalismo imobilizante, que tem como base “uma visão determinista da lógica do capital, esvaziada de sua dinâmica contraditória [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 145). Na lógica fatalista, a/o profissional acomoda-se e não consegue ir além das demandas institucionais e burocráticas. Com isso, “[...] o limite de seu horizonte profissional é, no máximo, ser um bom tecnocrata, aperfeiçoar formal e burocraticamente seu fazer cotidiano” (IAMAMOTO, 2013, p. 146).

Iamamoto (2008) reflete, ainda, sobre a situação de autonomia relativa do(a) profissional de Serviço Social, dada por sua condição de trabalhador(a) assalariado(a). De acordo com a autora, “a força de trabalho do assistente social contém as contradições típicas de toda mercadoria entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que preside a sociabilidade capitalista” (IAMAMOTO, 2008, p. 215). Dessa forma, a condição de assalariamento estabelece condicionantes à autonomia dos(as) profissionais. Vários elementos dos contratos de trabalho, da política, das instituições empregadoras “estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais” (IAMAMOTO, 2008, p. 128). Ao mesmo tempo, segundo Iamamoto (2014, p. 610), o(a) profissional: “[...] participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadores e da produção do antagonismo de interesses sociais”.

Com isso, consideramos imperativo o fortalecimento da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais da classe trabalhadora (e/ou outras organizações populares), tanto no âmbito da produção do conhecimento, quanto da intervenção profissional.

Infelizmente, contrário a essa perspectiva, segundo Duriguetto (2014, p. 185), no âmbito da pesquisa em Serviço Social há uma pequena produção teórica da profissão tanto sobre as “organizações, movimentos e lutas sociais quanto da relação da profissão com as mesmas. E uma quase oculta sistematização/relatos de experiência da intervenção profissional com as organizações, movimentos e lutas sociais”.

Também em pesquisa feita por Moro e Marques (2010) com os trabalhos publicados em anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS), realizados de 1995 a 2008, constatou-se que do

total de 6204 trabalhos, apenas 207 discutem a temática “movimentos sociais”. Apenas 3,82% das produções eram sobre movimentos sociais (MARRO e MARQUES, 2010). Desse quantitativo já restrito (os 3,82%), apenas 6,10% tratam das experiências profissionais junto aos movimentos sociais. Esses dados fortalecem a necessidade de darmos ênfase a importância da produção de pesquisas e atuação profissional junto aos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora.

Nesse sentido, assim como Duriguetto e Marro (2016), defendemos a necessidade de “reconstruir historicamente o vínculo político e profissional entre o Serviço Social e os movimentos sociais” (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p. 98). Esse vínculo profissional “vem se materializando nas últimas décadas, ainda que com graus diferenciados de profundidade na formação acadêmica, na organização da categoria, na produção do conhecimento e na intervenção profissional” (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 98). Yamamoto (2013, p. 144) evidencia o caráter “essencialmente político” da prática profissional:

[...] surge das próprias relações de poder presentes na sociedade. Esse caráter não deriva e uma intenção do assistente social, não deriva exclusivamente da atuação individual do profissional ou de seu “compromisso”. Ele se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil, e expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como assistentes sociais [...].

348

A relação profissional com movimentos sociais, também nos é indicada pelo Código de Ética do Serviço Social em vigor e pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93). Pelo primeiro, quando o mesmo garante ser direito do(a) profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 2011, p. 34). Pela segunda, quando estabelece como competência profissional a atividade de “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (IDEM, p. 45).

Sobre isso, vale lembrar que os processos de trabalho de assistentes sociais podem acontecer em organizações da classe trabalhadora em duas referências institucionais distintas (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 13):

[...] na primeira, é realizado em espaços ocupacionais nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora como empregadora desses profissionais; e na segunda, o trabalho do assistente social se realiza *junto* a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional, com as quais mantém o vínculo como trabalhador assalariado.

Nos processos de trabalho nos quais assistentes sociais atuam *junto* aos movimentos sociais e/ou organizações populares, por meio de outras instituições empregadoras, essa atuação pode acontecer na forma de assessoria e de consultoria. Por exemplo, quando assistentes sociais compõem as equipes técnicas de projetos de extensão universitária, como assalariados(as). Outro elemento sobre a atuação junto aos movimentos sociais, que consideramos importante destacar, é que esta também pode ocorrer e/ou ocorre nos pontos de atenção ou instituições das diversas políticas sociais. Ou seja, por intermédio das políticas sociais nas quais se inserem assistentes sociais, é exercido um projeto de trabalho que se articula a movimentos sociais e/ou às organizações populares.

Dessa forma, consideramos que esse exercício de articular as demandas que chegam aos espaços sócio ocupacionais, assim como atuar na dimensão socioeducativa com grupos de moradores, cooperativas, mulheres, dentre outros, numa perspectiva de efetivação dos direitos e de questionamentos às opressões/ explorações de classe, raça/etnia e sexo, é uma forma de atuar que extrapola as rotinas e demandas institucionais. Consideramos que nesse caso se expressa de forma particular o compromisso de assistentes sociais com o Projeto Ético Político da profissão, pois, na maior parte das vezes, não está presente na rotina ou nos objetivos institucionais a relação com os sujeitos políticos coletivos. O Controle Social e a Participação Popular sobre as políticas sociais, destacado nas legislações das políticas, acabam sendo, muitas vezes, resumido aos conselhos de direitos.

Nesse sentido, a atuação de assistentes sociais nos processos de mobilização e organização popular é uma “contribuição necessária para o fortalecimento do projeto profissional” porque é “uma possibilidade de a profissão contribuir para as organizações e lutas sociais” (DURIGUETTO, 2014).

As contribuições de profissionais de Serviço Social para os movimentos e organizações populares estão diretamente ligadas às duas dimensões que, para Iamamoto (2006), são constitutivas da ação profissional de assistentes sociais. São elas: 1. Dimensão material-assistencial, por meio da qual o(a) profissional garante o acesso a benefícios, programas, projetos e serviços; 2. Uma dimensão imaterial, a qual influencia ou pode influenciar nas formas de pensar e viver dos sujeitos com os quais trabalham. Yasbek (2009, p.155-156), por sua vez, enfatiza que esse exercício profissional se realiza,

1º - pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários, podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa. Nesse âmbito, desenvolve tanto atividades que envolvem abordagens diretas com os seus usuários, como ações de planejamento e

gestão de serviços e políticas sociais; 2º - por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas, interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência.

Acreditamos que o potencial da dimensão ideopolítica, concordando com Iamamoto (2006), está em possibilitar à(o) profissional de Serviço Social atuar no âmbito das consciências, dos costumes, valores. Acreditamos que essa dimensão, também considerada e referida por algumas autoras como “dimensão pedagógica” (ABREU, 2016), se expressa em eixos diversos que compõe o dia a dia de atendimentos e trabalho nas instituições, programas e projetos das políticas sociais, por parte de assistentes sociais.

Se trouxermos, por exemplo, os quatro eixos apontados pelos “Parâmetros para a atuação de assistentes sociais nas políticas de saúde” (CFESS, 2010), como atribuições e competências de assistentes sociais na saúde, quais sejam “Atendimento direto aos usuários (ações socioassistenciais, ações de articulação com a equipe de saúde e ações socioeducativas); Mobilização, Participação e Controle Social; Investigação, Planejamento e Gestão; E Assessoria, Qualificação e Formação Profissional” (CFESS, 2010, p. 37), podemos refletir que a dimensão ideopolítica se transversaliza em todos eles, não limitando-se apenas aos momentos de atividades grupais, coletivas, de educação em saúde e educação em direitos.

Além da dimensão ideopolítica, é interessante analisar que o exercício profissional do Serviço Social tem boas possibilidades para atuar com mobilização/ação política, seja fortalecendo os espaços, grupos, organizações ou movimentos já organizados, seja contribuindo para criar estes espaços quando eles não existem.

Baldi e Duriguetto (2014) argumentam que há elementos na atuação de assistentes sociais que atuam ou buscam atuar com organização popular que são essenciais para pensarmos formas de incentivo à mobilização. Primeiramente, como já evidenciado aqui, há a dimensão ideopolítica, que possibilita que o exercício desta profissão implique no âmbito das consciências, nas concepções, costumes e valores dos sujeitos. Além disso, o que estes autores nos fazem refletir é que há profissionais que fazem uso do paradigma teórico-metodológico da Educação Popular.

Baldi e Duriguetto (2014), assim como Peloso (2009) e Mesquita (2017) destacam que na Educação Popular há uma dimensão do “diálogo reflexivo” ou “diálogo provocativo” que, com instrumentais metodológicos mais didáticos e dialógicos que facilitam a realidade como ponto de partida, a participação, troca de saberes, a utilização respeitosa de questionamentos e reflexões a partir das situações vividas no cotidiano (ou seja, a problematização), busca-se uma apreensão mais crítica e coletiva de suas demandas e necessidades. Outro importante elemento

é, então, o grupo. Ressaltamos aqui o potencial que tem o grupo na perspectiva de possibilitar o reconhecimento, em outros usuários, da demanda que antes parecia tão individual. Dando, portanto, um salto na compreensão que as demandas são coletivas e têm uma raiz ou raízes em comum (IASI, 1999).

Assistentes sociais lidam com demandas imediatas: demandas de saúde, demandas de geração de renda e autonomia financeira de mulheres, etc. Muitas vezes, essas demandas além de imediatas, são “burocratizadas” nas rotinas do cotidiano institucional: realização de estudo socioeconômico, construção de relatório social, emissão de parecer, realização de seleção de perfil socioeconômico para programas e benefícios da assistência estudantil, por exemplo. Nisso, há angústia de muitos(as) profissionais em relação, no entanto, podemos refletir: “se certas demandas não podem ser eliminadas, o que se exige do profissional que se propõe crítico? (IAMAMOTO, 2013, p. 147)” Ir além das rotinas imediatas e de sua burocratização.

Quando não conseguimos ultrapassar as demandas imediatas, é fundamental articular a dimensão econômica (movida pelas necessidades mais imediatas de sobrevivência, nas quais a profissão intervém mais diretamente) com a dimensão política, que aponta a necessidade de mudança na ordem societária – que exige articulação com sujeitos políticos coletivos -, onde a função ideopolítica da profissão se desenvolve.

É evidente que, a depender do grupo, organização ou movimento social com o qual atuamos, as possibilidades de aprofundar articulação entre “luta econômica” e “luta política” é maior ou menor. Isso fica explícito se compararmos uma atuação junto à direção de um movimento nacional, como o MST, com um incipiente grupo de geração de renda sem histórico de organização política. São diferentes graus de organização, de debate, de abrangência das demandas mais imediatas e individuais para a coletivização destas. São tempos e processos, inclusive pedagógicos, diferentes.

A atuação de assistentes sociais com grupos de geração de renda, por exemplo, pode ser um ponto de partida, um ponto de agrupamento e, na intervenção com esse grupo, mobilizações e reivindicações podem ser fortalecidas. No caso de um grupo de geração de renda de mulheres, a autonomia financeira pode ser trabalhada associada a temáticas como divisão sexual do trabalho, saúde reprodutiva e diversas formas de violências contra a mulher. Trocas de experiências, inclusive de quem já saiu de relações de violência doméstica, podem acontecer. Assim como maior participação em espaços externos ao ambiente privado: feiras, encontros com outras mulheres, intercâmbios, formações, atos políticos. O que queremos dizer sobre este exemplo de atuação é que a geração de renda, como ato de vender o que foi produzido no grupo

de mulheres, seja por produção coletiva ou por produção individual para sustento, pode ser um ponto de partida e não um fim em si.

Juntas, essas mulheres podem identificar demandas em comum, sejam no nível familiar, sejam em prol de reivindicações coletivas, como acesso à educação, saúde, garantia de políticas públicas e serviços sociais como creches, mobilidade urbana, criação de conselhos locais, tensionamento à qualidade e ampliação dos serviços pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), etc.

Aqui, estamos apontando também para a necessidade da(o) profissional de Serviço Social para o território de abrangência do equipamento da política social na qual trabalha ser ampliado e integral. Na saúde, por exemplo, é fundamental considerar os determinantes sociais de saúde e do processo de saúde doença (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014). A atuação em assessoria de organizações populares é também um caminho por uma *práxis* do Serviço Social que pense e paute a instrumentalização dos movimentos sociais, com formação e informação sobre direitos que envolve o seu próprio cotidiano, à exemplo da experiência das Promotoras Legais Populares (DOURADO; SOARES, 199) – que não é uma atribuição privativa de assistentes sociais, mas na qual esta categoria profissional tem muito a contribuir.

Fizemos uso da Saúde e da Assessoria Popular como exemplos, mas em várias políticas sociais, no âmbito da assistência direta ou da gestão, é possível exercer nossa instrumentalidade com potencial político-criativo. Em outras palavras, um potencial **organizativo** dos territórios de abrangência das políticas sociais pode ser um, dentre tantos possíveis, caminho para um exercício profissional mais próximos às demandas da classe trabalhadora.

Os territórios são vivos. Se pretendemos fazer-pensar-fazer políticas de forma ampla, entendemos como essencial mapear, ouvir, apreender, aproximar-se das potencialidades e criações desses territórios. Aprender com essa potência criadora dos territórios pode contribuir para assistentes sociais e equipes pensarem ações, grupos e estratégias de educação popular, de educação permanente e continuada, de ações socioeducativas em uma perspectiva mais popular, mais ampla e politizada. Nessa perspectiva, podemos contribuir com a formulação de políticas mais próximas às reais demandas da classe trabalhadora, ao passo que fortalecemos seu potencial político.

O processo de mapear e aprender com as demandas, negações de direitos, violações, adoecimentos, mas também com a potência criadora dos territórios, faz sentido para a nossa atuação profissional que executa, planeja, gera e cria políticas sociais. Para isso, devemos partir de um pressuposto: fazer junto com nossos usuários/as, equipes multiprofissionais e outros sujeitos coletivos voltados aos interesses da classe trabalhadora, que é atravessada,

estruturalmente, pelas desigualdades de classe, raça e sexo. Daí a necessidade de trabalhar e construir resistências coletivas em nosso cotidiano profissional voltadas para a um projeto societário feminista, antirracista e anti-capitalista

3.1- Feminismo antirracista e classista: contribuições à renovação profissional e ao enfrentamento à questão social

O reconhecimento da importância do vínculo do Serviço Social com os movimentos e organizações populares deve vir mediado pela necessidade de fortalecermos um novo projeto societário. Defendemos que o feminismo antirracista é fundamental para a renovação do Serviço Social, em contraposição ao conservadorismo.

O movimento de renovação profissional é contínuo, uma vez que o conservadorismo tem sido constantemente reatualizado na sociedade. Enquanto houver conservadorismo, haverá a necessidade de renovar a profissão, para tanto, a incorporação de uma perspectiva feminista, antirracista e classista por parte da categoria profissional não é só importante, como indispensável.

Como vimos anteriormente, as relações sociais de sexo, raça e classe que sustentam o sistema patriarcal-racista-capitalista, estruturam a desigualdade social e são atravessadas por conflitos, lutas e resistências. Logo podemos dizer que essas relações compõem a questão social, nosso objeto de intervenção profissional. Assim, para entender nosso objeto de atuação profissional é indispensável considerar essas relações sociais que determinam a questão social. Encontramos no feminismo antirracista e classista um arcabouço teórico e político para tal.

Como práxis, o feminismo não só contribui com suas epistemologias, produção de conhecimento crítico e engajado, mas é indissociável da ação e organização política. O feminismo põe a produção de conhecimento em movimento em defesa da igualdade e da liberdade substantivas. Logo, ao passo que elabora categorias teóricas fundamentais para análise crítica do sistema patriarcal-racista-capitalista, como divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo, põe em movimento a contestação e desnaturalização da desigualdade social. Nesse sentido, o feminismo nos instrumentaliza para compreensão crítica da questão social, em uma perspectiva de totalidade, além de nos fortalecer politicamente junto às lutas e sujeitos coletivos voltados à defesa da igualdade social.

Ainda sobre a importância dessa perspectiva feminista para a renovação profissional, é preciso considerar a histórica composição de sexo da nossa categoria e público usuário do Serviço Social. Desde a nossa origem, somos uma profissão predominantemente composta por mulheres e voltada para mulheres. Esse fenômeno, que não é nada natural ou espontâneo, ocorre, fundamentalmente, por duas determinações, radicalmente articuladas entre si: **1) a**

divisão sexual do trabalho; 2) o empobrecimento histórico das mulheres frente às desigualdades de sexo que sofrem, como o não acesso ou acesso desigual a produção e usufruto da riqueza socialmente produzida. O Serviço Social está inserido na divisão sexual do trabalho como uma profissão considerada feminina, no campo da reprodução social, área destinada prioritariamente às mulheres pelo capitalismo patriarcal. Enquanto os homens, destacadamente brancos, são priorizados para a esfera da produção de valor.

Conforme estudos de Cisne (2012), a inserção do Serviço Social como profissão feminizada na divisão sexual do trabalho, acarreta baixo prestígio social e baixas remunerações. Além disso, ao termos em nossa composição profissional hegemonicamente mulheres, não estamos isentas de todas as violências e violações de direitos que sofremos numa sociedade patriarcal. Sim, não são apenas as nossas usuárias que sofrem violências, com a precarização do trabalho, com jornadas intensivas e extensivas de trabalho, com o desemprego, com racismo, com preconceitos, empobrecimento, opressões etc. A luta portanto, não é pelas usuárias dos nossos serviços, é por todas nós. Por isso, a construção de uma identidade feminista nos é fundamental, no sentido de entendermos que a luta não é das mulheres, como se não fizessemos parte desse grupo, mas uma luta com as mulheres. Nesse sentido, foi muito acertada a campanha do conjunto CFESS/CRESS de 2022: *Trabalhadoras do Brasil, somos e lutamos com elas*. Nessa mesma direção política, arremata Marilda Iamamoto (1999, p. 105):

Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a imagem social da mulher na visão tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira.

É nessa direção que precisamos acumular para a renovação da profissão. Para tanto, a análise da questão social e suas expressões não pode cair nas armadilhas da moralização e culpabilização das famílias, mais precisamente, das mães, tão típicas do conservadorismo patriarcal. Infelizmente, ainda comum deslocar o entendimento teórico-crítico da questão social para esse terreno da culpabilização familiar. Por isso, esse discurso tão fortalecido de ‘defesa’ da família tradicional, não é uma pauta meramente moral, mas está associada a uma lógica positivista neoliberal e cisheteropatriarcal de ajustamento e responsabilização dos indivíduos pelas expressões da questão social.

Esse viés de culpabilização das mulheres pelas expressões da questão social, geralmente, vem acompanhado de uma postura policialesca, patriarcal e elitista sobre as usuárias dos nossos serviços. Quando, por exemplo, julgamos que mulher pobre não precisa ser usuária de algum serviço ou benefício social por estar bem vestida, bem calçada, maquiada e

com unhas feitas. Ou, por esse mesmo motivo, avaliamos que ela não está empregando financeiramente bem os recursos de um benefício.

Ao contrário dessa postura, para corresponder ao perfil profissional pautado no Projeto Ético-Político, devemos lutar é para que toda mulher possa ser livre de todas as violências patriarcais, sentir-se bem, ter autonomia, autoestima e não ser culpabilizada e responsabilizada pelas expressões da questão social, uma vez que esta resulta dos antagonismos de classe, raça e sexo do sistema patriarcal-racista-capitalista.

Considerações finais

A finalização da escrita deste artigo ocorreu logo após o pleito eleitoral para presidência da República, em 2022. Um novo fôlego abre brecha para restauração de patamares democráticos, ainda que nos limites do capitalismo de um país periférico e como forte crescimento e uma perspectiva nazista. Não temos a ilusão de que o novo governo federal, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, com Luís Inácio Lula da Silva como presidente, irá resolver os problemas estruturais da desigualdade social no Brasil, mas, não podemos negar a importância de derrotar nas urnas o projeto da necropolítica neonazista bolsonarista. Sem dúvida, abrimos uma via democrática para percorrermos e fortalecermos as necessárias lutas por um outro projeto societário.

O que o governo Bolsonaro representou não foi apenas um reacionarismo em pautas moralistas conservadoras, mas um projeto de morte, de negacionismo científico, de desumanização e destruição do meio ambiente, das condições de vida dos povos originários e das florestas. A educação e a saúde foram golpeadas não apenas do ponto de vista orçamentário, de falta de investimento, mas, também, pela ausência de valorização e reconhecimento da importância de ambas. Negar a ciência, negar a importância e o papel das universidades e institutos de pesquisa em plena pandemia da covid-19 fez do governo não apenas omisso ou negligente, tivemos um governo contrário aos profissionais da saúde, da pesquisa e da educação que foram e são fundamentais para a conquista da vacina e controle da pandemia.

A legitimidade ao racismo, a xenofobia, a lgbtfobia, ao machismo fez o Brasil retroceder décadas em relação ao respeito e direitos à diversidade humana, aos povos originários e à proteção ambiental. Não são apenas discursos moralistas, de ódio e preconceito. Trata-se de um *modus operandi* de uma necropolítica negacionista, anti-iluminista e absolutamente anti-democrática, que nega o direito de existir de todas as pessoas que não correspondem ao padrão e projeto societário branco-masculino-dominante (elitista). Assim, as problemáticas que envolvem a questão social na contemporaneidade não são meramente de ordem

moral/ideológica, mas estão associadas a um projeto societário, portanto, a uma estrutura concreta de sociedade.

Como podemos perceber, o legado colonial-patriarcal-racista que violentou tantas mulheres indígenas e negras, infelizmente, não deixou suas marcas apenas no passado, mas é constantemente reatualizado na história do Brasil. Não à toa, a exploração do trabalho, o assédio sexual e o estupro contra mulheres negras serem tão comuns na nossa sociedade. Uma história que se inicia na “casa grande” e se reproduz em tantas casas na sociedade atual brasileira, por meio, por exemplo, da exploração do trabalho doméstico não regulamentado de tantas mulheres negras que permanecem sob o mandonismo senhorial branco, sujeitas a múltiplas violências, inclusive, sexual.

Nesse contexto, entendemos que o Serviço Social precisa estar em sintonia e fortalecer seu vínculo com os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora que representam as lutas em prol de um projeto societário anti-capitalista, anti-racista e anti-patriarcal. Esse vínculo perpassa a construção histórica do Projeto Profissional do Serviço Social, destacando-se como elemento substancial a busca contínua de ruptura com o conservadorismo na profissão. De tal forma, a vinculação do Serviço Social com movimentos sociais e organizações populares possui uma relação com o Projeto Ético-Político profissional e com o desenho de um perfil profissional que ultrapassa uma mera recomendação legal das demandas institucionais dos espaços sócio-ocupacionais.

356

Referências

- ABREU, Mariana Maciel. Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- ALBUQUERQUE, Guilherme S. C. de; SILVA, Marcelo J. S. e; Sobre a Saúde, os determinantes da Saúde e a determinação social da saúde. In: Saúde em Debate. V.38. n.103. Rio de Janeiro: CEBES, 2014.
- BALDI, Luiz Agostinho de Paula; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Educação Popular e Serviço Social: um diálogo possível? In: MOLJO, Carina Berta; SANTOS, Cláudia Mônica. (Org.). Serviço Social e Questão Social: implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2014. p. 178- 197.
- BORGES, Nicole. Com alerta contra o sexo precoce governo lança campanha de prevenção à gravidez na adolescência. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/03/com-alerta-contra-o-sexo-precoce-governo-lanca-campanha-de-prevencao-a-gravidez-na-adolescencia.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.282 de 27 de agosto de 2020. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. 2020.
- CHADE, Jamil. O ventre como instrumento de poder. El País, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-01-29/o-ventre-como-instrumento-de-poder.html>. Acesso em: 7 out. 2021.

- CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- CFESS. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9ed. Brasília: CFESS, 2011.
- CFESS. Parâmetros para atuação profissional de assistentes sociais na política de saúde. Brasília/DF: CFESS, 2010.
- CISNE, Mirla. Serviço Social. gênero e divisão sexual do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CISNE e SANTOS. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. Biblioteca Básica do Serviço Social. v.8. São Paulo Cortez, 2018.
- DOMINGUES, Filipe. Ministério diz que termo ‘violência obstétrica’ é ‘inadequado’ e deixará de ser usado pelo governo. Globo, 07 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/07/ministerio-diz-que-termo-violencia-obstetrica-tem-conotacao-inadequada-e-deixara-de-ser-usado-pelo-governo.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- DOURADO, Denise. SOARES, Dora Márcia. A Experiência das Promotoras Legais Populares. [Apoio: Secretaria Nacional de Direitos Humanos Ministério da Justiça]. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_themis_promotoras_legais_pop.pdf>
- DURIGUETTO, M. Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz. DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177 - 194.
- _____. MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduínade Oliveira (org.). Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- GONÇALVES, Renata. Do plano nacional de políticas para as mulheres ao “machistério” de temer. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, núm. 2, pp. 753-771, Universidade Federal do Maranhão, 2018.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.
- _____. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo. Cortez, 1999.
- _____. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2008.
- IASI, Mauro Luís. Processo de consciência. São Paulo: CPV, 1999.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD Covid-19. Resultado mensal (junho 2020). Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- INESC. A conta do desmonte. Balanço geral do orçamento da união 2021. Disponível em: [BalançoOrçamento2021-Inesc-1.pdf](#). Acessado em set de 2022.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo, Boitempo, 2020.
- MESQUITA, Camila. “Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”: Serviço Social e Educação Popular. [Monografia]. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

- MÉSZÁROS, Istiván. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Revista *Temporalis*, 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001, p. 41-5.
- MORO, Maristela Dal; MARQUES, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XII, Anais ENPESS..., 2010. Rio de Janeiro: Abepss. CD-Rom, p. 13- 47.
- PELOSO, Ranulfo. Sobre a metodologia popular: princípios do trabalho popular. In: MST. Caderno de formação 38: método de trabalho de base e organização popular. 2009.
- _____. A retomada do trabalho de base. In: MST. Caderno de formação 38: método de trabalho de base e organização popular. 2009b.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- _____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SILVA, Ivone Maria. *Questão social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos*. 2. ed. Campinas: EdUFMT e Papel Social, 2014.
- THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin, 1963
- _____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre La crises de La sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1979.
- YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009. p. 143-163.